

1. APRESENTAÇÃO

Constitui função precípua do Ministério Público a tutela, a promoção e a efetivação do direito fundamental à Educação, tendo como norte as normas constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, mormente, no tocante àquelas, a observância das finalidades do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste sentido, o **Centro de Apoio Operacional de Educação** foi instituído e organizado em Março de 2019, a partir da atual gestão da Procuradoria-Geral de Justiça, e tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas e pesquisas, suporte a diligências, elaboração de peças técnicas e minutas de projetos, relacionadas, essencialmente, à área educacional.

Dentre as principais atribuições deste Centro de Apoio Operacional de Educação, vislumbra-se:

- Dar apoio técnico-jurídico aos órgãos de execução com atribuição na área de educação;
- Aproximar o MPMT dos demais órgãos ligados à área da educação, buscando a solução de conflitos e o desenvolvimento de projetos em comum;
- Elaborar programas e projetos de relevância social na área da educação;
- Zelar pela concretização dos direitos assegurados pela Constituição da República e demais leis;
- Ser reconhecido como órgão de referência para a comunidade em geral, para consultas, encaminhamentos e parcerias na área da educação.

E mais, dentro da área educacional, o **CAO EDUCAÇÃO** trabalhará com temas como, por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e Inclusiva, a Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas), o Ensino Fundamental e Médio, Profissional e Técnico, a Escola de Tempo Integral, a Estrutura Física das Escolas, a Evasão Escolar, o Financiamento da Educação, a Fiscalização do cumprimento dos Planos de



Educação, a Mediação Escolar, a Merenda Escolar, a Qualidade da Educação, o Transporte Escolar, a Violência nas Escolas etc.

Em síntese, o **CAO EDUCAÇÃO** busca auxiliar as Promotorias e Procuradorias de Justiça em sua área de atuação, a partir de demandas, bem como na formulação de projetos, fomento ao cumprimento do planejamento estratégico institucional, promoção de eventos e disseminação de informações.

Promover a Educação implica, dentre inúmeras atividades, fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos destinados à implementação das políticas públicas educacionais, além de estabelecer parcerias com as diversas instituições educacionais, secretarias de educação, conselhos, Ongs, Fundações, associações civis, visando a melhoria do ensino público.

O presente Boletim Informativo possui como objetivo divulgar as atividades desenvolvidas pelos Membros do Ministério Público de Mato Grosso na área da educação, bem como publicar eventos relacionados ao tema e, ainda, atualizar àqueles que possuem atribuição na área com leis, informações e julgados provenientes dos Tribunais Superiores.

2. EVENTOS NO MPMT

Financiamento da Educação é tema de 1º encontro no MPMT

O Centro de Apoio Operacional de Educação, do Patrimônio Público e da Defesa da Probidade Administrativa, em conjunto com as Procuradorias Especializadas na Defesa da Probidade Administrativa e Patrimônio Público e na Defesa da Cidadania e do Consumidor, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) promoveram o I Encontro sobre Financiamento da Educação, no dia 24 de maio de 2019.

Participaram do encontro o procurador da República e membro do CNMP, Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, que abordou as principais diretrizes da Recomendação 44/2016 e também o procurador-geral de Contrás do TCE/MT, Alisson Carvalho de Alencar, que abordou a Atuação do Ministério Público de Contas no controle da aplicação dos recursos públicos destinados à educação e atuação integrada com o MPMT. O arquivo disponibilizado pelo procurador-geral de Contas encontra-se disponível para download no Sistema SIGMA e o vídeo com a gravação do encontro está disponível no portal do CEAF na intranet.



Veja mais em: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77360/financiamento-da-educacao-e-tema-de-encontro-no-mpmt>

3. EVENTOS PREVISTOS

Encontro Estadual de Educação do MPMT

A prevenção do bullying, do suicídio e da violência escolar – Nos dias 8 e 9 de agosto, os Centros de Apoio Operacional de Educação e da Infância e Juventude, em conjunto com as Procuradorias Especializadas na Defesa da Cidadania e na Defesa da Infância e Juventude, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoverão o Encontro Estadual de Educação do Ministério Público de Mato Grosso.

O objetivo é a capacitação e o aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPMT (cidadania e infância e juventude), para melhor atuação e identificação do bullying, do suicídio e da violência no contexto escolar, buscando medidas preventivas para a sua erradicação. Mais informações poderão ser obtidas em contato com este CAO EDUCAÇÃO ou CEAF.

Colóquio Internacional de Educação Especial e inclusão Escolar – 25 a 27 de junho de 2019

O objetivo do evento é ser um espaço de discussão das políticas nacionais de Educação Inclusiva a partir do diálogo com os contextos internacionais e locais. Nesta primeira edição o foco dos debates apresenta-se na temática deste ano: Re-Imaginando a Escola Inclusiva: Políticas, Práticas e Inovações.

Veja mais em: http://cintedes2019.galoa.com.br/?utm_source=galoa-agenda&utm_medium=page&utm_campaign=galoa-event-5692

Edital para programa de apoio à pesquisa

A Biblioteca Nacional abriu no último dia 29 de maio, quarta-feira, inscrições de projetos para o Programa de Apoio à Pesquisa, edição 2019. As inscrições ficarão abertas até 19 de julho de 2019.

Voltado para pesquisadores brasileiros e estrangeiros residentes no país, o Programa de Apoio à Pesquisa da Biblioteca Nacional seleciona projetos de pesquisa para concessão de bolsas, com a finalidade de incentivar a produção de estudos originais



desenvolvidos a partir de pesquisas no acervo da Biblioteca Nacional. Serão contemplados, ao todo, quatro pesquisadores com doutorado. Mais informações em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2019/06/edital-programa-apoio-pesquisa-inscricoes-abertas-ate>

II Simpósio Nacional de Educação – SINED

Com o objetivo de estimular a interlocução entre agentes públicos, sociedade e demais atores da área educacional, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), realizam, nos dias 25 e 26 de julho, o II Simpósio Nacional de Educação – Pensar o presente para construir o futuro.

O encontro reunirá especialistas para analisar e discutir questões como a implementação das medidas exigidas nos planos de educação, as dificuldades em relação a financiamento e recursos públicos destinados à área e a necessidade de um adequado planejamento para a evolução dessa importante política pública. Veja mais em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/IISINED#programacao>

4. NOTÍCIAS

Brasileira de 18 anos fica em 1º lugar na principal feira de ciências do mundo e terá asteroide com seu nome. Veja mais em: <https://www.revistaeducacao.com.br/jovem-cientista/>

5. INFORMATIVOS STF

Homeschooling: Não é possível, atualmente, o ensino domiciliar (*homeschooling*) como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação.

A notícia encontra-se disponível no sítio eletrônico do STF: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=389496>

Veja os comentários feitos pelo Prof. Márcio André Lopes Cavalcante: <https://www.dizerodireito.com.br/2018/11/nao-e-possivel-atualmente-o.html>



6. INFORMATIVO MPPR E O CUMPRIMENTO DA LEI Nº. 12.244/2010

O profissional de biblioteconomia e a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país. Acesse para saber mais: <http://www.educacao.mppr.mp.br/2019/04/14/Informativo-no-03-2019-O-profissional-de-biblioteconomia-e-as-bibliotecas-escolares.html>

7. NOTA PÚBLICA

Escolas e Universidades: CNPG se manifesta em defesa da educação e da cultura. Acesse o link para saber mais: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77174/escolas-e-universidades-cnpg-se-manifesta-em-defesa-da-educacao-e-da-cultura>

8. NOTAS TÉCNICAS

O Centro de Apoio Operacional de Educação disponibilizou, por meio do Sistema SIGMA, as seguintes Notas Técnicas que poderão auxiliar os Membros e Servidores da Instituição que atuam na esfera da Educação:

Informação Técnico Jurídica nº. 01/2019, do MPGO, sobre o fechamento de escolas e redução de turno na rede estadual de ensino. Disponível para download em: <https://www.mpmt.mp.br/sigma/download.php?idarea=931&idfile=2800>

Informação Técnico Jurídica nº. 02/2019, do MPGO, sobre a adequação do projeto político-pedagógico e da proposta pedagógico-curricular para o atendimento da pessoa privada de liberdade - PGA 2017/2018. Disponível para download em: <https://www.mpmt.mp.br/sigma/download.php?idarea=931&idfile=2801>

Nota Técnica nº. 01/2019, do MPPE, acerca da obrigação do poder público municipal pelo fornecimento de transporte escolar aos alunos que estiverem matriculados em sua rede. Disponível para download em: <https://www.mpmt.mp.br/sigma/download.php?idarea=931&idfile=2799>

Informativo nº. 02/2019, do MPPR – Universalização das Bibliotecas Escolares: Prazo até maio de 2020 para universalização das bibliotecas escolares nas



instituições de ensino do país. Disponível em:
<https://www.mpmt.mp.br/sigma/download.php?idarea=931&idfile=3072>

Nota Técnica nº. 01/2019, do GT PROINFÂNCIA - Roteiro de sugestão de atuação formulado pelo Grupo de Trabalho Proinfância (GT PROINFÂNCIA) constituído através da Portaria Conjunta 1ª e 5ª CCRs n. 05, de 18 de abril de 2018, por representantes do Ministério Público Federal - MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão) e do Ministério Público dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Maranhão, indicados pela Comissão Permanente de Educação – COPEDUC/GNDH. Disponível em: <https://www.mpmt.mp.br/sigma/download.php?idarea=931&idfile=3071>

9. RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Recomendação nº. 30, de 22 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil.

Recomendação nº. 44, de 27 de setembro de 2016 – Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação.

Recomendação nº. 67, de 13 de novembro de 2018 – Dispõe sobre a necessidade de conferir prioridade para ações de prevenção e combate da obesidade infantil e promoção da alimentação saudável e do aleitamento materno.

10. AÇÕES EDUCACIONAIS NO MPMT

Vila Rica – MPMT requer que Município disponibilize professor apoiador para alunos com Transtorno de Espectro Autista:
<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77429/mpmt-requer-que-municipio-disponibilize-professor-apoiador-para-alunos-com-transtorno-de-espectro-autista>

Alta Floresta – Promotoria de Justiça e faculdade promovem capacitação para professores em educação inclusiva:
<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77403/promotoria-de-justica-e-faculdade-promovem-capacitacao-para-professores-em-educacao-inclusiva>

Escolas com alto índice de violência participam de curso de Mediação Escolar – Vinte e três profissionais da educação de Cuiabá e Várzea Grande que atuam em escolas públicas estaduais foram selecionados para a segunda turma do curso de Mediação



Escolar. As aulas teóricas ocorrem na sede das Promotorias da Capital, até 7 de junho: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77375/escolas-com-alto-indice-de-violencia-participam-de-curso-de-mediacao-escolar>

Reserva do Cabaçal – Ação do MPMT requer regularização do transporte escolar: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77315/acao-do-mpmt-requer-regularizacao-do-transporte-escolar>

Inocentes Pétalas Roubadas – Projeto “Prevenção Começa na Escola” com apresentação de peça teatral foi realizado em Tangará da Serra: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77203/prevencao-comeca-na-escola-chega-na-proxima-terca-14-a-tangara-da-serra>

Em Cáceres/MT – Projeto Luz busca melhorar relação entre Conselho Tutelar e escolas para agilizar atendimento: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/77173/projeto-luz-busca-melhorar-relacao-entre-conselho-tutelar-e-escolas-para-agilizar-atendimento>

Parceria – Prefeita de VG apresenta projeto de uso de tablets no ensino público ao Procurador-geral do MP: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/76876/prefeita-de-vg-apresenta-projeto-de-uso-de-tabletes-no-ensino-publico-ao-procurador-geral-do-mp>

Rondonópolis – Transtorno do Espectro Autista é tema de audiência pública: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/76719/transtorno-do-espectro-autista-e-tema-de-audiencia-publica>

Educação – Audiência Pública discute fechamento de escolas rurais em Ribeirão Cascalheira: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/76346/audiencia-publica-discute-fechamento-de-escolas-rurais-em-ribeirao-cascalheira>

Chapada dos Guimarães – Município tem 90 dias para concluir reformas em 14 escolas: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/76345/municipio-tem-90-dias-para-concluir-reformas-em-14-escolas>

Paranatinga – Acordo judicial impede que Escola Municipal 17 de Dezembro seja desativada: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/76282/acordo-judicial-impede-que-escola-municipal-17-de-dezembro-seja-desativada>



Cáceres/MT – Polêmica em torno dos critérios para acesso a vagas em creches é resolvida após intervenção do MPMT:
<https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/76125/polemica-em-torno-dos-criterios-para-acesso-a-vagas-em-creches-e-resolvida-apos-intervencao-do-mpmt>

11. PUBLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Publicação da Cátedra de Direito à Educação: “Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar” é uma coletânea composta por 19 artigos de diferentes especialistas que apresentam aspectos teóricos e práticos do direito à educação.

Os artigos também apresentam análises da atividade legislativa e judicial na promoção e garantia do direito à educação e defende que a abordagem seja interdisciplinar, perpassando direito constitucional, administrativo, penal, do trabalho e internacional. Mais informações em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/single-view/news/direito_a_educacao_e_direitos_na_educacao_em_perspectiv/

Reflexões sobre Justiça e Educação: A obra apresenta a conclusão de um estudo sobre a judicialização da Educação Básica no Brasil e aponta que para mitigar os efeitos negativos dessa judicialização, é fundamental fortalecer os atos normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e aprimorar o diálogo entre as instituições.

Com base nesse documento, especialistas da área educacional de colegiados representativos da gestão pública, do CNE, do STF, do Ministério Público e do Ministério Público de Contas traçam um panorama histórico, identificam tendências, bem como expõem reflexões e propostas para qualificar a atuação do sistema de Justiça na Educação. Mais informações poderão ser obtidas através do seguinte sítio eletrônico: https://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/livro_justica_final_2018.pdf

12. PROJETO EDUCACIONAL DESENVOLVIDO PELO MPDFT

Projeto “Transparência nas escolas é legal”, desenvolvido pelo MPDFT, premiou escolas de Samambaia que implementaram projetos voltados ao aprimoramento da prestação de contas, da gestão democrática, do controle social e da transparência ativa com a participação da comunidade escolar. Iniciativa tem o objetivo de estimular a gestão de recursos, o controle social e o envolvimento da comunidade nos gastos das escolas.

Foram distribuídos R\$ 29 mil em prêmios e o valor é proveniente de condenações por improbidade administrativa. Veja mais informações em:



<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2019/10898-vencedores-do-concurso-transparencia-nas-escolas-e-legal-recebem-premio-de-r-10-mil>

13. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

13.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº. 13.826/2019 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a divulgação de resultado de processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Lei nº. 13.804/2019 - Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

Lei nº. 13.796/2019 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

13.2 DECRETOS FEDERAIS

Decreto nº. 9.432, de 29 de junho de 2018 – Regulamenta a política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.

13.3 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei nº. 10.800/2019 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA).

14. LEGISLAÇÃO RELACIONADA À ÁREA DA EDUCAÇÃO

Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018 – Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.



Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.

Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

Lei nº. 13.696, de 12 de julho de 2018 – Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

Lei nº. 13.663, de 14 de maio de 2018 - Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

Lei nº 13.620, de 15 de janeiro de 2018 – Institui o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Educação a Distância.

Lei nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017 – Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017 – Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Mensagem de veto



Lei nº 13.490, de 10 de outubro de 2017 – Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades.

Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.

Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Lei nº 13.366, de 1 de dezembro de 2016 – Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, que “dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para vedar a concessão de tutela antecipada que tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior. Mensagem de veto

Lei nº 13.348, de 10 de outubro de 2016 – Altera as Leis nºs 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências”. Mensagem de veto



Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016 – Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Lei nº 13.306, de 4 de julho de 2016 – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei nº. 12.244, de 24 de maio de 2010 – Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 – Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.



Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Lei nº. 10.219/2001 - Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

15. DECRETOS FEDERAIS

Decreto nº. 9.432, de 29 de junho de 2018 – Regulamenta a política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.

Decreto nº. 8.368, de 2 de dezembro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.

Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.



Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

16. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Resolução nº 6, de 20 de outubro de 2010 – Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Resolução nº 1, de 14 de janeiro de 2010 – Define diretrizes operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.